REQUERIMENTO nº de 2024. (do Sr. Deputado Zé Trovão)

Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Pesca e Aquicultura, sobre os problemas relacionados ao pagamento do seguro-defeso (seguro-desemprego do pescador artesanal), benefício fundamental para a subsistência de milhares de pescadores artesanais durante o período de defeso, quando a pesca é proibida para garantir a reprodução das espécies.

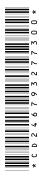
Exmo. Sr. Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados,

Nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que sejam prestadas, no prazo legal, as seguintes informações sobre os problemas relacionados ao pagamento do seguro-defeso (seguro-desemprego do pescador artesanal) benefício fundamental para a subsistência de milhares de pescadores artesanais durante o período de defeso, quando a pesca é proibida para garantir a reprodução das espécies.

Assim, solicito ao Ministério as seguintes informações:

- 1. Quais são as razões específicas que levaram ao atraso no pagamento do seguro-defeso para o período de defeso de 2024/2025?
- 2. Qual é o "status" atual do processamento dos pedidos e quais ações concretas foram implementadas para agilizar a análise e liberação dos pagamentos?
- 3. Que medidas têm sido tomadas para solucionar eventuais problemas relacionados ao registro biométrico ou outros entraves burocráticos enfrentados pelos pescadores?
- 4. O Ministério possui um plano de contingência ou previsão de melhorias no





CÂMARA DOS DEPUTADOS Deputado Zé Trovão (PL/SC)

processo de concessão do seguro-defeso para evitar atrasos semelhantes nos próximos anos?

5. Qual é o prazo definitivo para que todos os pescadores aptos ao benefício tenham seus pagamentos regularizados?

JUSTIFICAÇÃO

Os relatos de atraso no pagamento têm gerado grande preocupação, especialmente porque muitos pescadores, que dependem exclusivamente dessa atividade, enfrentam graves dificuldades financeiras, incluindo a impossibilidade de arcar com contas básicas, como água, energia elétrica e alimentação.

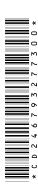
O seguro-defeso não é apenas um auxílio financeiro, trata-se de uma política pública fundamental que assegura condições mínimas de dignidade para pescadores e suas famílias que dependem exclusivamente dessa atividade para sobreviver. Durante o período de defeso, essas famílias ficam impossibilitadas de exercer sua profissão, tornando o pagamento do benefício um instrumento indispensável para evitar que essas comunidades enfrentem situações de fome, endividamento e vulnerabilidade extrema.

A celeridade no pagamento do seguro-defeso é crucial. A ausência do benefício em tempo hábil compromete a segurança alimentar de milhares de famílias e impacta negativamente o sustento de comunidades inteiras que dependem da pesca artesanal. É inaceitável que pescadores, como relatado em diversas regiões do país, especialmente em Santa Catarina, enfrentem dificuldades para pagar contas básicas e até mesmo para adquirir alimentos devido ao atraso na liberação de um direito que deveria ser garantido com eficiência.

Reforço que este benefício é um instrumento de proteção social que não pode sofrer atrasos, especialmente em um período sensível como o fim do ano, quando o impacto emocional e financeiro se agrava. Garantir o pagamento com celeridade não é apenas uma obrigação legal, mas também um compromisso moral com essas comunidades, que desempenham um papel importante na economia local e na preservação ambiental.

Aguardando a resposta no prazo legal, reitero a necessidade de prioridade





e eficiência na resolução dessa questão. Atenciosamente,

Sala das comissões, de de 2024.

Deputado ZÉ TROVÃO (PL/SC)



